ASPECTOS SOCIOCULTURAIS DOS INVENTÁRIOS DA RIBEIRA DO MOSSORÓ

...nunca fis testamento he este o primeiro, para a despozição de minha terça, e se aparecer outro incontrario, a este não terá efeito e só a este sedará crédito, e fé, pelo que rogo que as Justiças de sua Majestade Imperial, defençor perpétuo do Brazil, dê em a este avalidade...
Testamento

Bernardo Jozé da Silveira,
20 de dezembro de 1853.

Ao longo do levantamento minucioso de 194 inventários, efetivo trabalho de resgate à memória da cidade de Mossoró, no que concerne a disponibilidade de bens materiais registrados sob a conceituação de legados e partilhas, resultado de animado e destacável interesse cartorário exemplarmente empreendido por Sebastião Vasconcelos dos Santos, acolitado por Nanci Neuza Wanderley de Oliveira, pode o pesquisador -e curiosos como nos julgamos – identificar a moldura doméstica, sertaneja, em que se inseriam os nossos antepassados nordestinos. E, na verdade, o que ali está recenseado não reflete apenas as peculiaridades da Ribeira do Mossoró, mas de praticamente toda a extensão de nossa área geográfica, onde a econo-

mia e o mais – trabalho, relações sociais, problemas e vitórias – transcorrem com apreciável unidade de interesses regionais.

Aprende-se a um primeiro contato com esse informativo de respeitável ansianidade, constituído de quase duzentos documentos transcorrentes de 1833 a 1901, que os sertões, os longes do interior, na região, nunca estiveram alheios a influências de progresso verificado nas urbes maiores (capitais quais Fortaleza, Natal, Recife etc.), núcleos habitacionais a seu turno receptíveis ao que o exterior (representado por Portugal, França, Inglaterra, Alemanha etc.), de comércio compreensivelmente mais avançado, e com sede de crescimento de negócios, operava.

Daí não causar espécie ter-se, em 1884, a falecer o sertanejo Manoel Arthur Cézar Azevedo, o arrolamento de bens sobremodo explicativos de seu bom gosto; melhor, de sua atualização com a moda vigente à época. A casa, em que morava, estava guarnecida com móveis e peças as mais diversas, assim como objetos de decoração, como se verá por agora de modo simplificado: mobília de (pau) amarelo representada por 1 sofá, 2 cadeiras de balanço, 2 de braços, 12 cadeiras singelas, 2 mesinhas de gaveta, 1 "mesa redonda para centro de sala" (grifamos), avaliada por 100$000; um piano de jacarandá e respectiva cadeira (450$000), 1 cômoda de jacarandá, outra de pau amarelo, 1 oratório (peça tradicional em quase todas as residências no século passado), 1 mesa elástica para jantar "com 4 tábuas", 2 "ètagéres de pau amarelo, torneados, com 3 prateleiras", "14 cadeiras para sala de jantar", 3 retretes (bacias sanitárias), 1 relógio de bronze e peanha, 1 relógio de parede, castiçais de vidro, jarros de porcelana, lampiões, 1 tear para bordar, 1 estante para livros, 1 criado mudo, afora cabides, armários envidraçados etc.

Nos “esplêndidos” leilões, como mencionados então, acontecidos no Recife pela década 1870-79, a se depreender dos anúncios publicados no “Diário de Pernambuco”, tem-se para o dia 12 de dezembro de 1874, o agente Dias dispondo ao correr do martelo de “magnífico piano de jacarandá, em perfeito estado, 1 cadeira para o mesmo”, mais uma “Mesa elástica de 6 tábuas”, “relógio de parede”, “retrete”, “cadeiras de amarelo”, idem, de balanço, etc.[1]

Por diante, já em 1875, o leiloeiro Dias apregoa a existência, em seu salão de vendas, de “relógio de bronze dourado”, “cantoneiras (ètagéres)”, cabide, relógio de parede, “cadeiras de amarelo”, castiçais etc., etc.

Luzia Quitéria de Góis, falecida em 1872 em Mossoró, era muito advertida para as vantagens do conforto de um quarto de banho, tendo já trocado, tudo indica, a gamela própria ao asseio corporal, por atualíssima ‘banheira grande de flandre”, sobremodo requerida na função, pois está acrescentada no inventário a observação: “com alguma serventia.”

Registra Gilberto Freyre: “São muitas as tinas e gamelas, aos poucos substituídas por banheiros de cobre ou de flandres, que figuram nos anúncios de jorúal da primeira metade do século XIX.”[2] O “Diário de Pernambuco”, a 5 de novembro de 1833, anunciava “hum banheiro de folha de flandres.”[3]

A seu turno, com precedência na compreensão da importância dos artigos manufaturados com folha de flandres, Delmira Cândida dos Prazeres, até morrer, podia

---

[1] in “Diário de Pernambuco: arte e natureza no 2º Reinado”, José Antônio Gonsalves de Mello, Editora Massangana, 1980, páginas 163 e 55.
[2] In “Sobrados e Mucambos”, 7ª edição, p. 250.
[3] Idem, ibidem.

fazer orações (em 1871) diante do "santuário de flandre envidraçado", que legou aos seus, dando-o de "bom uso"... cristão.[4]

Em rigor não é o comércio das capitais da região, mais adiantado, que responde exclusivamente pelos novos hábitos que se vão introduzindo na área, mas também, ou principalmente o que, instalado na Europa, precisa estender a atuação a outros pontos do mundo. A moda chega mais depressa do que se pode imaginar. A demora é a travessia do Atlântico: de 50 a 70 dias.

"Os anúncios de jornais documentam" – anotaria Gilberto Freyre – "abundantemente" as "transformações de gosto que, durante a revolucionária primeira metade do século XIX, foram afastando o brasileiro de costumes já castiçamente luso-brasileiros para aproximá-los de modas francesas, inglesas, italianas, alemãs e eslavas, e também norte-americanas que, desde então, começaram a competir com as européias."[5]

Produzidos do outro lado do Atlântico, os móveis de junco (de cipó), pau amarelo, oratórios (santuários); pentes e cabaças de tartaruga – mimos que não faltam, como os primeiros, na composição do penteado feminino; caixas de rapé, de guardar jóias, espelhos, vidros, clavinotes, fechaduras de baús de pregaria, geralmente fáceis de terem seu mecanismo comprometido; imagens de santos, inúmeras as de Senhora das Dores, de Nosso Senhor, de Nossa Senhora da Conceição – esta em maior quantidade; Santo Antônio, São Sebastião, São Raimundo, Santa Ana, e, na

---

(4) cf. página 08, in "Terceiro Livro dos Inventários Mossoroenses (1881-1901)", organizado por Sebastião Vasconcelos dos Santos e Nanci Neiza Wanderley de Oliveira. Daqui por diante, pata evitar sucessivas e enfadonha" citações, o nome do morto e o ano de seu falecimento identificam o inventário.

(5) o.c., Vol. 1, p. 334.

estirada dessa devoção até certo ponto exibicionista, os crucifixos e rosários de ouro; e mais, mesas de vidro, relógios de parede, dobradiças, paliteiros de prata (alguns valiosíssimos), frigideira, almofariz de bronze, ferro de engomar – como vistos em legados de Manuel João da Silveira (1872); e ainda xícaras, pires, garrafas de vidro, garrafões, conchas, redomas, caçoletas, camas de ferro, peanhas, relógio de ouro para senhoras, quadros de decoração, guarnição dourada, de cadeiras de cipó, consolos, colheres, facas e garfos de prata etc., etc.

Pelos bens deixados por Constantino Carneiro da Cunha Lobato, em 1879, entende-se ter sido o falecido, proprietário de afreguesado ponto de negócio, cujo sortimento – impossível avaliar corretamente – não devia ser o normal (no tocante) à quantidade ofertada tradicionalmente via inventário. Mas indica, sem dúvida alguma, apreciável referencial do que o comércio de Mossoró (disso se falará adiante) tinha para vender à época:

5 barricas de fumo;
323 quilos de fumo em rolo;
3 barricas de bacalhau;
1 canastra de alho;
4 caixas de genebra;
1 barrica com 72 quilos de açúcar refinado;
38 garrafas de vidro;
5 frascos de genebra de laranja;
20 frascos de genebra Oldtoma;
l1 garrafas de vinho do Porto;
6 latas de goiaba;
34 caixões de doce de goiaba, pequenas;
29 latas de manteiga inglesas, de libra;
4 ditas, de duas libras;

9 caixas de papel (mortalha) para cigarros;
8 pacotes dos ditos;
1 porção de rótulos para cigarros;
33 maços de charutos ordinários;
5 caixas com 1.500 rapaduras;
1 barril de vinho tinto;
7 canadas de dito, branco;
1 pipa com 15 canadas de aguardente;
75 quilos de açúcar branco;
79 dúzias de fósforos;
2 caixas de sabão;
2 caixas de gás (querosene);
11 sacas de café, com 5% quilos.

Outro próspero negociante da Ribeira do Mossoró, João Severiano de Oliveira, que exerceu o comércio de fazendas, a tirar pelo que deixou para os seus herdeiros (em 1885), na verdade tinha variado e surpreendente estoque de mercadorias, deste modo arroladas:

101 peças de madapolão "Margarida";
51 idem, tipo "roupa Patente";
19 idem, idem, marca M.A;
8 idem, idem, produto recomendado;
80 idem, idem, marca "Flor do Bosque";
10 idem, idem, marca "São Joaquim";
17 idem, idem, "Império";
3 idem, idem, "Goyana";
2 idem, idem, "m.o.", francês;
70 peças de algodão A.I.,
72 idem, idem, tipo especial "Leão";
44 idem, idem, tipo "T";
17 idem, idem, "Especial";

13 idem, idem, Pinxechão";[6]
1 peça de brim pardo prateado;
1 idem, idem, de cor;
1 idem, idem, "pardo trançado";
3 idem, idem, de "Argola";
1 idem, idem, "pardo liso";
1 idem, idem, "pardo lona";
1 idem, idem, branco, nº 6;
1 idem, idem, "40, "Esplêndida";
1 idem, idem, "mesclada";
1 idem, idem, "prateada";
1 idem, idem, "Castor";
1 idem, idem, "trançado";
1 idem, idem, "branco; outra, idem, idem, falsa";
5 idem de algodão "Bahia";
1 idem, do "Rio";
2 idem, "Algodão americano";
1 idem, idem;
12 peças de "Mariposa" (?);
20 idem, de cambraia "Victoria";
3 idem, idem, tipo "F";
6 peças de algodão "Machado";
6 idem, de algodão transparente;
30 idem, idem, tipo "D"; 2 tipo "B".

Completando essa variedade de produtos: paletós de brim branco, argola, casimira; de brim "mulisquim" (?); cal-

[6] O autor recorreu a várias fontes elucidativas, até ao interessante glossário de "Negócios Coloniais" (Luis Lisanti, Vol. 1), sem êxito para traduzir determinados tipos de mercadorias antigas. Nesse caso, "pinchecão" parece vir de pincho, que significa pulo, salto, o que pode valer como padronagem de desenhos variados. Ver "pincho", in "Caldas Aulete". Situações assemelhadas, de dilfceis interpretações: "mulisquim", "angola ou argola", e outros exemplos, que o leitor vai deparar na seqüência, são um desafio à identificação correta.

ças de fustão branco; cortes de gazuntá; – lenços e mais lenços, assim como pares de meia; 87 peças de chita, idem, de "ganga"; camisas francesas, chapéus "Nabuco", idem do "Chile, de "Castor"; idem, de aba de cetim; chales de cambraia, mais chita (180 peças), botinas, baralhos etc., etc.

Do meado do século à frente os inventários de Mossoró passam a se preocupar também em recensear, com as peças do espólio, a indumentária da pessoa. Típico dessa intenção, o inventário do estrangeiro Charles Thompson (súdito inglês), morto em 1892. Dentre os seus pertences, em que avultam curiosamente "dois papagaios", anotados "8 camisas servidas", "1 sobretudo velho", "5 pares de calças velhas, uma camisa de dentro", calça de oleado", camisas, meias e lenços usados".

De igual feição, o Juiz de Direito João Quirino Rodrigues da Silva, falecido antes, em 1870, deixa para os herdeiros, a seu turno, "huma manta de baeta, uma fronha francesa, sete fronhas, uma toalha acolchoada, três toalhas francesas, uma rica toalha de labirinto, lenços de seda, novo, nove pares de meia" usados e outro tanto sem utilização, o que demonstra seu cuidado, não em favor do decoro pessoal, mas da própria maneira de viver na intimidade.

Pelo primeiro quartel do século passado – a se deduzir do que documentaram com suas observações viajantes como Henry Koster que percorreu parte do Nordeste –, garfos e facas, ou talheres, são utensílios raros à mesa de refeição, esta "colocada a seis polegadas do solo", em torno da qual sentavam os comensais. E o próprio narrar do autor de "Viagens pelo Nordeste do Brasil".

O homem pisava sobre alpargatas; vestia camisa e ceroulas. No comum desfrutava apenas, em casa, de uma esteira que substituía a mesa, em torno da qual, via de

regra, todos se acocoravam para comer, diante de "tigelas, cabaças e travessas". Relatou Koster.[7]

O homem, de certa posição ou dinheiro, usa sapato. Mas, via de regra, quase todo mundo veste camisa e ceroulas, enquanto a mulher sai à visita de ''saia e camisa, sem meias e quase sempre sem chinelos.''[8]

Não causa espécie saber-se por exemplo: pessoas vestindo camisa e "serolla", em certa ocasião no Ceará, apresentaram-se à cerimônia de recepção ao Bispo da Diocese, D. Luis, que se encaminhara ao interior do Estado em visita pastoral. Ali, infelizmente, não havia mesas e as malas supriam-nas, enquanto a autoridade eclesiástica assentava-se em rede, à moda de cadeira, para a refeição.[9]

A começo do último século, J. Luccock[10] testemunhou que família, no Rio de Janeiro, jantava utilizando "uma mesa velha estendida sobre dois cavaletes (na verdade, tábuas), cercada de bancos de pau e às vezes uma ou duas cadeiras."

Pelos anos da década de 1830-39 e seguintes, o hábito de as pessoas, pelo menos em Mossoró, tomarem as refeições em volta de tabuado ou esteira, não parece provável. Em rigor, ao transcorrer da leitura dos 64 espólios que decorrem de 14.12.1833 até 21.11.1862, a mesa de cumaru está registrada em pelo menos onze recenseamentos de bens. Há referências à existência de 13 caixas (muito importantes também como mesas, ou principalmente como tal), ora de cumaru, ora de cedro, e, de raro, feitas de pau amarelo, o que indica procedência estrangeira.

---

(7) Ver autor atado, página 203.
(8) idem, idem, p. 204.
(9) Eduardo Campos, in "Capítulos de História da Fortaleza do Séulo XIX," cf. o vigário Peixoto de Alencar, p. 88.
(10) Capistrano de Abreu, in "Capítulos de História Colonial (1500-1800)", p. 225 e seguinte.

Pode-se imaginar pela década subseqüente (1840/49), a presença de marceneiros habilitados, qual o francês Lourenço (Laurence) Pugi, já então estabelecido em Recie, Rua Nova, nº 45, com seus bons ofícios, a concorrer naturalmente para tornar o móvel, fabricado no país, mais em conta para o adquirirem os endinheirados da região.

Esse Pugi alardeava, em aviso posto em publicidade pelas páginas do "Diário de Pernambuco" (30 de janeiro de 1849) ter sua casa as condições de fabricar "todas as qualidades de mobília francesa no ultimo gosto de Paris, em Pernambuco acrescentando haver aumentado as instalações. E que, antes, por aviso publicado em 1847 (quando se denominava ainda Laurence e não Lourenço) apenas empreendia a venda de –"sofás, marquesas de jacarandá, angico e pau de óleo, mesas redondas e bancas para sala da mesma madeira; mesas quadradas; camas grandes de angico", etc., etc., não obstantç já se propor a reparar "mobílias antigas" e a fazê-las novas, "ao mais moderno gosto de Paris."[11]

Não raras, por então, colheres e garfos de prata, como possível averiguar aos inventários da Ribeira do Mossoró, a partir de 1833, qual o de Antônia Leite d'Oliveira; que em vida possuía 12 colheres de prata, seis grandes e seis menores. Aleonça Maria da Conceição (1885), na mesma cidade, deixa consignado a seus herdeiros "oito colheres e hum garfo". De igual feitio Antônio Dantas Cavalcante *(1856)*, legando "oitenta oitavas de prata em quatro colheres" e quatro garfos."

Surpreende: não usual encontrar-se faca na relação dos espólios. Quem possuía uma "de pasmado, aparelhada, de prata" (1859), era o Capitão Ignácio Fernandes

---

[11] Ver José Antônio Gonsalves de Mello, o.c., páginas 130, 132.

Cazado, ao lado de três garfos, dez colheres (grandes) e mais três, pequenas.

Sem dúvida: pelo Nordeste, durante muitos anos, a transcurso do século passado, as pessoas em muitas localidades interioranas ainda se sentam ao redor de esteiras por ocasião das refeições, ou, como referimos mais atrás, de acordo com o relato de viajantes que percorreram os sertões a esse tempo, sobre malas de pregaria, ou encouradas, feitas de cumaru e revestidas de couro de boi.

Faziam-se refeições pela região, com idêntico procedimento lembrado por Luís da Câmara Cascudo, lido ao "Monitório do Inquisidor Geral", publicado em Évora, em 1536, em que se indaga "por morte dalguns, ou dalgumas**, comerão ou comem em mesas baixas**." (grifamos) André Lopes Ulhoa, da Bahia de 1619, por morte de uma tia querida tomara as refeições, seis meses, sobre uma **caixa da Índia** (grifamos), baixa, em lugar de mesa..."[12]

As "caixas de bom uso", que aparecem inventariadas na Ribeira do Mossoró, são às vezes de 5 a 6 palmos, ou seja, de 1,10 m a 1,32 m.

Entre os bens de Manuel João da Silveira (1872) aparecem arrolados para uso doméstico (copa e cozinha), 1 tacho, 1 almofariz, 1 chaleira de ferro, "**marmita de ferro**" (grifamos), 1 mesa de cumaru de 7 palmos (1,54 m), 4 cadeiras velhas, além de 1 caixa grande cumaru, de 6 palmos (1,32m).

Daí para a frente, tachos e panelas aparecem com mais freqüência nos bens de Luzia Quitéria de Góis, Francisca Maria de Jesus, Delfina Maria da Conceição, Agostinho Lopes de Lima, Pedro José da Costa, Antônia Leite de Jesus. Mencionado por exemplo, no inventário de Luzia Quitéria de Góis, "um tacho grande de cobre, de bom uso."

---

[12] In "História da Alimentação", 2º V., Cia. Editora Nacional, SP, p. 81.

O tacho, portanto, como utensílio de cozinha, a substituir a panela de barro, tende a inaugurar-se nas listas de bens de herança pelos anos 30 do século passado. Está configurado desse modo entre as utilidades domésticas de defunto inominado, cujo inventariante é Antônio Affonso da Silva (1833). Não tarda a comunidade ter sua própria tenda (ou tendas) de ferreiro, e até mesmo registrar, como no caso do inventário de Antônio Soares Couto (1856), um escravo oficial desse ofício, o crioulo Luís, de 50 anos, avaliado em 400$000.

Na composição da mobília, do interior das casas, não faltam bancos, uns de cumaru, pinho, pau branco, caraíba[13] e de inharé, fortíssima madeira, principalmente a de cor avermelhada, apropriada à fabricação de cabos de ferramentas, no caso, enxadas, foices e machados, então mencionados.[14]

Surge por então – pelos anos do meado do século – cadeiras de entrecosto, tamboretes, caixas (algumas até de cedro): os objetos de uso à refeição, como paliteiros, um dos quais localizado no espólio de Irineo Sorticaio Wanderley (1870), avaliado em 35$000, importância igual a que alguém podia adquirir uma égua, mais do custo de uma dezena de bodes inteiros, ou apenas um terço a mais do valor de uma imagem de Cristo, de prata, peças e animais arrolados igualmente naquela oportunidade.

---

(13) Cumaru, segundo Getú1io César, é o Dipterix tetraphylla, **Spruce**., acrescentando: "foi antigamente a madeira preferida para carros de bois e obras onde se desejava solidez". In "Curiosidades de Nossa Flora", 1956, p. 119; caraíba, e o Tecoma Caraíba, **Mart**; pau branco: trata-se da Auxema oncocalyx, **Taub**., uma borraginácea, segundo Renato Braga, que "talvez mais contribua para as construções civis"; (in "Plantas do Nordeste, especialmente do Ceará", p. 385); Pinho, Pinus **L**.

(14) Philipp von Luetzelburg anotou: "Inharé: Pourama Spec." Para outros estudiosos (Andrade Lima) o inharé é Brossimim Gaudichandii, **Trec**. Ver "A Fitogeogralia no Rio Grande do Norte", de A. Campos e Silva e J. N. Cabral de Carvalho.

Outros paliteiros, como os legados por Antônio Gomes da Mota (1873), são avaliados por 12$900 e 11$900.

Citados do mesmo modo, como pertences domésticos, salvas pequenas e grandes: trinchetes, copos de vidro e de prata; garfos, facas (destas, uma dúzia já as tinha o mesmo Antônio Gomes Mota); bandejas etc., etc.

Nem todos, por esses idos dormem de rede, pois em 1838 ver-se-á um "catri velho" deixado por Ignácio de Souza Jardim à sua esposa e filhos, e nisso, a diferir de Luzia Francisca que, ao falecer em 1852, lega aos parentes, dentre outros pertences, a "rede de dormir usada" e "um lençol velho..." Noutro inventário. Joaquim Lopes de Oliveira (1859) demonstra requintes: dormia num **bangoê**, espécie de palanque feito de couro de boi, próprio para repouso mais prolongado. Mas é Manuel Arthur César Azevedo – mencionado anteriormente – quem dorme como os ricos das grandes capitais, a repousar em "cama larga d'amarelo", avaliada em 36$000", trastes de sua estimação. (1884)

De resto, a presença de camas de couro não demoram a aparecer inventariadas. Antes, em 1862, Francisca de Jesus Freitas tinha uma destas, deixada aos seus, ainda que em "mau estado".

Tem-se a compreensão de que, por muitos anos, até meados de 1850 aproximadamente, o quarto de dormir estava mesmo guarnecido com redes e baú ou malas de "pregaria" com pau descoberto ou "encouradas", isto é, revestidas, ou de "pregaria", mais consideradas pelos seus usuários.

Na maioria dos lares, nas alcovas não falta o santuário (oratório) para as orações de valimento, em que são encontráveis de uma a mais imagens, até cinco ou seis destas. E móvel às vezes de duas peças, a superior, onde se enfileiram as imagens de devoção, e que vai repousar firme em mesinha de cedro ou de cumaru. Em circunstâncias mais

raras, o móvel está preparado numa única peça: o santuário e a mesinha, que lhe serve de pedestal, concebidas em bloco.

Numa e noutra casa, a esse tempo, notada a presença de cabides nos quartos (em paredes, atrás das portas), ou, em alguns casos, em grau de maior experiência de conforto e arrumação dos indumentos de uso, a existência de cômoda fabricada de cumaru, freqüentes as de gavetas, de duas a cinco; de guarda-vestidos, como o de Quitéria Gurgel Ribeiro (1886), de cedro, que figura em sua alcova, enriquecida com "duas camas de ferro" e colchões.

Acrescentados a quartos de dormir: espelho (raríssimo), candeeiro (na maioria dos casos, velas); mesinha para sustentar o oratório, e urinóis (penicos) de ágata (importados e não mencionados), e que nas residências mais abastadas, do século, acabariam tomando o lugar dos vasos noturnos, de barro, antes do advento generalizado da retrete.

Não é cenário entusiasmante o das alcovas, não só as do **hinterland**, mas também das capitais, salvo o de residências dos mais abonados, situação que valeu este registro de Alcântara Machado[15]: "...O interior da casa brasileira (em 1888) continua a. moldar-se pela nudez e desprimor da casa portuguesa, no dizer de Eduardo Prado..." (...") "Salas imensas (as das grandes casas) em cuja vastidão se encolhem e somem os móveis destinados a guarnecê-las."

A vaidade tem lugar de destaque na vida dos nossos antepassados. Nem mesmo os menos remediados deixavam de possuir, por modesto que fosse, um cordão de ouro ou colar, este em dado momento (do final do século XVIII, a inícios ou meados do século XIX), dimensionado por varas, não sendo singulares os de "vara e meia", como se vê

---

[15] in "Vida e Morte do Bandeirante", Livraria Martins Editora, São Paulo, 1943, p..61

no arrolamento de bens deixados por Antônio Affonso da Silva (1833).

Compreende-se que, por então, as pessoas sabiam apreciar (comprar e guardar) anéis, argolas,. memórias, pentes de tartaruga (cobertos de ouro, às vezes), brincos, redomas, botões de ouro, trancelins, pulseiras, de preferência em ouro.

A moda em determinados momentos é exigente quanto ao penteado das senhoras, fazendo com que as damas de fino trato (e as que as imitavam) pusessem aos cabelos um montão de pentes de tartaruga, fato que, em 1832, provoca o azedume do Padre Miguel do Sacramento Lopes Gama, do Recife, através de jornal de sua direção, "O Carupaceiro": "...a mulher vaidosa, filha avezada ao luxo, não admite razões; querem três, e quatro andares (arrumações superpostas) de pentes; querem sedas, toucados, fitas, ouro, prata, cobre, mariscos, querem tudo, uma vez que se ponham a vender..."[16]

Em novembro desse mesmo ano o Padre Lopes Gama estendia a verruma de seus conceitos sobre a influência do comércio estrangeiro no país, deplorando as "louçainhas e cachimbachos que as lojas francesas vendiam no Recife, quais "charolas de tartarugas, chamadas pentes", "balõezinhos de banhas, e essências de toda laia", "bolsinhas, lequinhos, gaitas, assobios e bonecos". Firmado contra a importação de roupa feita, esclarecia que "esta e a do calçado" têm produzido à última miséria aos nossos alfaiates e sapateiros", referindo mais: "Consta-me que em Inglaterra ninguém salta (desembarca) com vestuário que não seja feito lá, e até não se consente prata ou ouro manufaturado em outro país."

---

[16] Edição do dia 26 de maio de 1832.

Interessante observar: a preferência pelos metais em adornos, e por extensão, pelos de uso no desfrute social, faz presença na maioria dos arrolamentos de bens anotados no século passado, qual o de Antônio Leite, em 1851, onde avultam os "brincos cortados" (em pares e de dois tamanhos), colar, memória, "uma coberta de pente", "um par de esporas de prata" etc., etc.

Philipp von Luerzelburg, que andou pelos sertões nordestinos, mais próximo de nós, no decorrer do primeiro quartel deste século, registrou judiciosamente:

"A demonstração de riqueza e poder no fazendeiro só podemos observar quando se dirige em grande romaria para as feiras em companhia de seus inúmeros capangas. Prata e outros metais reluzentes, que cobrem os seus arreios, dão testemunho da sua riqueza."(17)

Em rigor, prossegue pelo século XIX a mesma tendência da moda em favor da utilização de adereços que constituiriam o vezo da sociedade na época colonial. Persevera a variedade excepcional de ornamentos anotados por Nelson Omegna(18), em que abundavam de modo profuso: – "luciarel cravejado de pedras, caixelo de ouro e sua corrente, escudos, orelheiras,. argolas, arrecadas de três voltas, brincos com seus aljôfares, cabaças, cabacinhas, pingentes, afogados, filigranas, gargantilhas, afogadores, cadeias, rosários de ouro."(19)

---

(17) in "Estudo Botânico do Nordeste", 2º V., IFOCS. Rio, s.d., p. 106.
(18) "Cidade Colonial", Editora de Brasília, 1971, p. 45.
(19) Para melhor compreensão do leitor quanto à identificação das designações antigas de certos adereços, principalmente jóias, segue listagem explicativa, baseada de modo particular em informações tomadas ao "Caldas Aulete": azeviche, substância tida por linhite de cor negra, muito compacta, utilizada na confecção e acabamento de adereços. Não de raro, talvez com a intenção de nomeá-lo, vê-se referencias a "bitume", "betume" etc. Canotilho; tubo geralmente estreito, constituído de metal e formando peças móveis, de que são exemplos peixinhos de prata. Memória; anel comemorativo, chamado "jóia de lembrar".

Não está bem explicado como essa demonstração de vaidade, e, às vezes, de ostentação, chegava aos sertões, mas não faltam pelos dias do século passado, em grande parte graças ao exercício dos mascates, os mais diversos adereços, jóias, fazendas, avidamente adquiridos por uma comunidade que sempre apreciou enfeitar-se.

O mascate – o vendedor ambulante desses idos – não passava despercebido ao fisco, ao alcançá-lo em todas as cidades através de posturas das câmaras municipais. No orçamento da Província de Pernambuco[20], em 1884, "constava como imposto de Indústria e Profissão a importância de 1:500$00O por joalheiros, caixeiro ou agente de mascatear na província e de 200$000 por mascate nas cidades do interior, onde joalheiros pagavam (ver a injustiça) 50$000."

No Piauí[21], em 1875, vendedores ambulantes desembolsavam 20$000 de imposto ao ano. Joalheiros e ambulantes (não seriam mais de cinco) compareciam com igual pagamento.[22]

Podia ser singela, sem enfeite, ou exibindo uma ou mais pedras preciosas. Pensamento; brinco de feição delicada. Arrecada; brinco ou argola destinada ao uso nas orelhas. A arrecada tinha forma característica, fingindo uma redoma. Mãozinha; figa, amuleto, de forma tradicional. Trancelim; trançado de fios de ouro ou de prata, bastante usada como corrente de relógio de algibeira. Ambre; o mesmo que âmbar, resina fóssil aproveitada no preparo de enfeites. Tartaruga; (pente, caixa etc.) artigo de uso generalizado feito de escamas da concha da tartaruga, produto geralmente importado. Cabaça; pingente, quase sempre de tartaruga. Daí em alguns inventários, "cabeça (por cabaça) de tartaruga. E mais: almofariz, vaso próprio para pisar tempero (grãos etc.). Redoma; recipiente de vidro; Breve; bentinho, escapulário; "objeto formado de dois pequenos quadrados de pano bento" preso a cordão de prata ou ouro. Peanha; pedestal para estatueta ou imagem de santo. Caçoleta; recipiente destinado a queima de aromatizantes. Do francês *cassolete*. Maria dos Anjos, em 1879, em Mossoró, possuía um.

[20] c.f. José Alípio Goulart in "O Mascate no Brasil", Edit. Conquista, Rio, 1967, p. 160.

[21] o.c., p. 159.

[22] idem, ibidem.

No Ceará, em 1887, de acordo com a fixação de despesas e receitas das câmaras municipais, como mencionado na Resolução nº 2.314, de 22 de novembro de 1886, quem vendia jóias pelas vilas e povoações concorria apenas com o desembolso de 10$000 para o fisco. A tirar pelo imposto exigido em Aracati, cidade inserida nas rotas das relações comerciais com Mossoró, estipulado em 50$000 – em quanto devia contribuir o "negociante ambulante" –, pode-se imaginar que, na última cidade, o referencial de cobrança não deveria ser muito menor de 30$000, por exemplo.

O importante é que, em Mossoró, não faltavam por esses dias, e antes, oportunidade para o mercado de jóias, pois são estas arroladas com freqüência em quase todos os inventários desde 1833, onde vamos deparar, por exemplo, "duas varas e meia de cordão de ouro", "um par de brincos e uma memória", "uma cabaça de juntas de tartaruga, coberta de pedras", "um pente de tartaruga", "pares de botões de ouro", "seis oitavas de ouro , seis oitavas de ouro em colar", "pente de tartaruga, coberto de ouro , redoma", "anel de pedra", "anelão de ouro", "um par de argolas"; ''uma cabaça de pente de tartaruga, coberta de ouro'', ''uma volta de canotilo (sic)", "um alfinete de ouro cravado em hum diamante", "um trancelim de relógio", "hum pente de prata, coberto de ouro", "anel de ouro francês", "huma ataca de ouro", "anel de coroa de espinho (!)", "huma ataca de ouro", "anel de mãozinha com batume (sic)", ''rosario de ouro'', ''relógio niquelado'', ''medalhão de ouro'', ''pulseira de plaquê (?)", "alfinete de ouro", "argolas de ouro francês" etc., etc.

Mas a sociedade de Mossoró não precisa apenas dos serviços de venda exercitados pelos mascates, para adquirir os adereços valiosos que usa. De 1873 a 1876, por exem-

plo, a se deduzir das atas da Câmara Municipal[23], tem-se na Ribeira, com mais freqüência, a presença de comerciantes, qual Ricardo Pereira de Sant'Ana, "pedindo licença para abrir seu estabelecimento de molhados e miudezas", com despacho favorável. Adiante, em sessão ordinária de 14.01.1875, outra firma vem requerer o direito de vender também "miudezas" na praça, J. M. de Oliveira Torres, assim como Souza Melo & Cia. Ou João Severiano de Souza, que pretende abrir uma casa comercial, para negociar "gêneros nacionais e estrangeiros."

O historiador Raimundo Nonato supõe o comércio de Mossoró "resultante da infiltração de elementos de fora, de uma gente estranha, que ali chegando, enfiava os pés no chão, trabalhava e ia se deixando ficar, dando conta de sua presença..."

Que gente essa? Acode o historiador a descrevê-los: "forasteiros, mascates, arrivistas, que vinham de terras estranhas, correndo atrás da sorte..."[24]

Indivíduos ambiciosos, no bom sentido; inovadores como William Dreffen, germânico, que requeria à Câmara a competente **licença para manter portas abertas de seus estabelecimentos para venda de mercadorias nacionais e estrangeiras**.[25] E através desses vendedores (melhor dizer: comerciantes) mais atualizados na moda, vai processar-se a venda de "fazendas inglesas", francesas, suíças e alemãs. Léger & Cia., firma do francês H. Léger, pelas páginas d'O Mossoró" já apregoava as novidades de que dispunha para sua clientela de bom gosto.[26]

---

[23] In Raimundo Soares de Brito, "Atas da Câmara Municipal de Mossoró (1173-76)", Coleção Mossoroense, Volume CXCVIII, 1965, p. 40.
[24] in Raimundo Soares de Brito, o.c., p. 51.
[25] idem, p. 64.
[26] idem, p. 66.

Os tempos por então são bem diferentes dos de anos recuados, a exemplo, de 1866, quando a Câmara Municipal requerida a se pronunciar sobre a execução do Decreto nº 3.069, de 17.04.1863, que regulamentou "o registro dos casamentos, nascimentos e óbitos das pessoas que "professavam" religião diferente da do Estado, "particularmente sobre os artigos 19 e 20", dá a resposta de que no "município (Mossoró) não existe felizmente (grifamos) pessoa que professe outra religião que não seja a do Estado..."

E tudo parece começar a se transformar para melhor, quando a mesma Câmara, a 18 de novembro de 1867, não permite a Souza Melo & Cia. edificarem estabelecimento comercial no "quadro da vila", pois a obra "desaformoseia a vila."[27]

Que gente essa, tão sensibilizada pelos adereços de ouro e prata, e enfeites de lar? Difícil traçar o perfil exato dos habitantes dessa comunidade, mas pode-se conceber o referencial dos tipos mais característicos, dos endinheirados, dos de condições financeiras comuns e dos espertados para a aquisição de adereços, de jóias de estimação e exibição, como Antônia Leite d'Oliveira, morta em 1851, e deixando aos seus herdeiros "hum par de brincos cortados", outro par, menor; "huma vara de colar", "huma memória zabumba (?)"e "huma coberta de pentes", tudo assim alinhado em curiosa linguagem que, só com muita persistência e interpretação, é possível identificar a verdadeira natureza dessas jóias. E lastreando o legado da referida senhora a indispensável mesa de cumaru, o jogo de caixas de pregaria, enxadas, foices e machados velhos ou usados, "hum silhão velho aparelhado", 3 vacas, 1 bezer-

---

[27] III "Atas da Câmara Mun. de Mossoró (1864-1866)", V. CCLXVII, 1984, p. 137.

ra, 1 garrote, algumas alimárias de uso dentre as quais um cavalo capado. E chamando a atenção "uma espada velha de ponta direita", que nos induz pensar ser o marido da declarante brioso oficial da Guarda nacional.

Sem dúvida trata-se de fazendeira, não da importância de outras que viviam por esses anos na Ribeira do Mossoró. Para seus serviços domésticos contava com a ajuda de escravinha de 10 anos, Rita, avaliada em 250$000. De terras, para exploração e desfrute, possuía apenas "80 braças" integrantes de sítio denominado Fortinho, localizado na freguesia de Mossoró, de meia légua de fundo (valendo 40$000) e de "huma parte de terra no Riacho Grande, no mesmo lugar e jurisdição, assim como "huma morada de casa velha de taipa na terra do Fortinho..."

Bichos e escravos misturavam-se amiúde entre os bens dos mais abonados, como vai-se ver no inventário de Ana da Rocha Martins (1853), que exibe, além de "botões de ouro" e outros adereços de valor, "hum aviamento de fazer farinha", "banca de couro, velha", "seis pares de surrões", cavalos de "segunda muda", "éguas novas e besta velha", assim como cabras-bicho e cabra escravo, avultando os de 400$000, 380$000, 450$000 etc., etc.

Dona endinheirada deixa a herdeiros "440 braças de terra no sítio Saboeiro", Ribeira de Mossoró; 13 braças e meia de terra anexa ao mesmo sítio; uma sorte de terra, idem, idem; "150 braças de terra na data de Umari", bem como casa de taipa, casa de farinha, além de uma "porção de madeira de carnaúba para um cercado", tacho, candeeiro de latão e bacia.

Há os que, tudo indica, vivem também dos ofícios da pesca. Nesse exemplo, o casal Targino Narciso Ferreira – Rozália de Souza (1856), donos de "huma jangada com huma vela de agulha" e "hum paquete velho". Da mesma

forma, Maria Francisca de Souza (1856) lega "huma jangada velha", proprietária que é de terra no sítio denominado Barra, na freguesia de Aracati, o que indica clara atividade de desfrutes pesqueiros.

Por diante, ver-se-á entre os bens deixados por Joaquim Nogueira da Costa (1889), "huma canoa de madeira amarela", evidenciando que, na área, não eram poucos os que se ocupavam indo, ora a rios, ora ao mar, à atividade distinta daquela que aparecia com maior ênfase: a agropecuária.

A vocação agrária está em primeiro plano. Daí explicar-se a relação de madeiras legadas e outras referências a cercados e currais, como se pode encontrar no inventário do Capitão Ignácio Fernandes Cazado (1859), arrolando um cercado de boiada, no sítio Pitombeira, fabricado de "madeira de carnaúba". Freqüentes o indicativo da disponibilidade de outros paus de construção toscas: "forquilhas, abazueira (?), própria para curral de caiçara"[28], "porção de madeira de jurema própria para curral..."

O "assude" parece e é realmente raro por então. Só está nomeado no inventário de Oliveira Guimarães (1869), dando-se ali um existente com "uma parede" e mais 'currais de cercado..."

E em outra oportunidade, mais perto de nós, em 1901, arrolado nos bens legados por Silvio Feliciano de Miranda, construído, como se entende, em sftio denominado Serra Mossoró: "açudeco, dous olhos d'água, sendo um destes somente três quartas partes, duas cacimbas..."

---

[28] Caiçara é tipo de cercado feito com paus e ramagens trançados, de altura conveniente para impedir a ultrapassagem de animais. Lei 33, de 1837, para a Vila de Mecejana(CE) era taxativa: cercas de caiçara deviam ter "sete palmos de altura". (ver Eduardo Campos in "Proc. de Legislação Provincial do Ecúmeno Rural e Urbano do Ceará", p. 117.

Não faltam escravos em Mossoró. Estão nos inventários referidos com suas habilitações e achaques, ainda que a maioria apareça sem nenhuma alusão ao que podem fazer. Em grande número desfilam com a apropriação doméstica de sua força de trabalho. Assim no espólio de Antônio Gomes da Motta (1873): "...Rita, capaz de qualquer trabalho, engomadeira (700$000); huma escrava Vicência, esta no número oitenta e três e número de ordem na relação dois; Vicência, parda, dezesseis anos, solteira; Mossoró, filha natural de Maria, número primeiro, capaz de qualquer trabalho, lavadeira (500$000)..."

Outros parecem um peso para os seus futuros donos: Nesse caso a escrava "Luzia, cor cabra, idade dezoito anos, "duente" de ataques histéricos" (Pedro Baptista de Morais, 1867); Germano, "idade vinte e quatro anos, cor mulato, que padece de huma Furcadetes[29], segundo é atestado apresentado em juízo do Doutor Manoel Marrocos Telles" (Bernardo José da Silveira, 1865). O cativo Onofre, cor mulato, sem ofício, doente de cancro", vale 500%. (José Nogueira de Sousa, 1863).

Há, no entanto, escravos bastante reputados. De exemplo Francisco (Francisco Xavier de Macedo, 1875), com 20 anos, capaz de qualquer trabalho agrícola", avaliado em 1:000$000, alto valor para esses dias, se comparado com a avaliação de "527 braças de terras" do sítio Bargado, fixada em 1:581$000.

Não são exemplos isolados os cativos pertencentes a mais de um proprietário, fato que chega ao derredor dos anos 80 do século que passou, quando em Mossoró, como

---

[29] Salvo melhor juízo, o escravo enfermo sofria de purgação crônica. Mais provável, um fluxo de gonorréia, cujo "qualificativo científico", por então, denominava-se **Xanthorréa**, Ver "Linguagem Médica Popular no Brasil", Editora Globo, 22 Vol., Porto Alegre, s.d., p. 232.

ocorria também no Ceará, o elemento servil ainda era promovido a interesse de negócio. A respeito, referindo-se ao fato, escreveu Tristão de Alencar Araripe: "O Ceará, na realidade, ainda era em 1880, um empório do comércio nordestino de escravos, reunidos em suas praias, tanto das províncias vizinhas, quanto aqueles do seu próprio interior para deportação para o sul."[30]

Fernando José Duarte, por essa época, presume-se, ainda lega a descendentes "uma parte no escravo Agostinho, **o qual está, por outros possuidores, liberto**." (grifamos).

Um mesmo escravo, pertencendo a vários herdeiros, gerava problemas, nem sempre bem explicados no texto dos arrolamentos de bens, como acontece na declaração de vontade da viúva Antônio Bezerra de Jesus, em 1865: "BENS: uma escrava de nome Francisca, criolla, idade quarenta e cinco anos, em a qual a finada inventariada, assentada, pertencendo a outra parte aos herdeiros, que foi avaliada por quinhentos mil réis, em que o monte, segundo a avaliação (é) de duzentos e cinqüenta mil réis, com que sai, digo, e tem somente oito herdeiros parte na escrava, e que segundo avaliação, nem (não) caber ao montante 277$777..."

A dependência ao divino, a tudo aquilo que preside às boas influências em favor do destino das pessoas, oriunda do que a tradição explica através da Igreja, como expressão da força do Senhor e sua Corte celestial, emoldura o homem sertanejo – e nesse caso em particular o habitante da Ribeira do Mossoró – em constante preocupação de submissão mística, que o torna devoto ou de Nossa Senhora da Conceição, ou de Jesus, entidades dos quais se acode

---

[30] apud. "Raimundo Nonato, in "História Social da Abolição em Mossoró", Edição Centenário, Coleção Mossoroense, Vol. CCLXXXV, 1983, p. 96.

com a adoção patronímica sob a intenção de livrar-se dos reveses do destino.

A própria linguagem oficial dos atos públicos, como o da lavratura de testamentos, transcorre sob invocação religiosa. Dessa maneira as fórmulas tradicionais de testamentos que ainda por volta de 1880 são encontrados nos manuais de instrução cartorária, qual o que se vê em "Guia Técnica e Prática dos Escrivães, Tabeliães e Oficiais de Registro", escrito por Luiz Francisco de Miranda, ex-tabelião de Ipu, Ceará.[31]

"Fórmula de um testamento feito nas notas: saibão quantos este virem que sendo no ano do Nascimento de N.S.J.C aos ... do mês de nesta cidade de ... e casas da mora de F., aonde eu tabelião a seu rogo vim..." (...) Primeiramente disse que como cristão católico quer que o seu corpo, tanto que falecer, seja envolto em hábito de..., e sepultado em..., que se lhe faça bem de alma conforme o uso, e a sua pessoa; e que depois se digam por sua alma... missas", etc., etc.[32]

O testamento de Bernardo José da Silveira, agricultor falecido em 1865, é típico documento desses dias, decorrente de homem rico mas analfabeto, ou de poucas letras, e acudido na lavratura de suas últimas disposições do auxilio do amigo Francisco Xavier Nogueira, que o elaborou em 1853.

"Em nome de Deus e da indivisível Trindade, Amém. Padre, Filho, Espírito Santo, em que eu, Bernardo José da Silveira, firmemente adora e confesso, como católico nascido e criado do Grêmio da Santa Igreja Católica; Saibão quantos este meu Solene Testamento verem (sic) para

---

(31) Editado pela Livraria de A. A. da Cruz Coutinho (Editor), Rua São José, 75, Rio, 1880.
(32) o.c., páginas 322 e seguintes.

melhor nome haja a dizer se possa, que sendo no ano do Nascimento de Nosso S. Jesus Cristo, de mil, oitocentos e cinqüenta e três, aos vinte dias do mês de dezembro do dito ano, em casas de minha morada, neste lugar denominado São Bento, termo da vila de Mossoró, da Comarca do Apodi, da Província do Rio Grande do Norte, desde já vou proceder este meu testamento na forma das nossas Leis vigentes do Império do Brasil. Eu, Bernardo José da Silveira, andando a pé, com robustez, e em meu perfeito juízo e claro, digo, juízo são e claro, entendimento que Deus Nosso Senhor Jesus Cristo foi servido dar-me e de mim confiar, e temendo-se da morte em qualquer momento que me for ordenado, e por não saber da certeza deste dia em que o mesmo Senhor Deus for servido chamar-me, e desejando de que minha alma livre de embaraços de que se vê, cercada nesta vida de misérias, vá gozar as eternas (do) descanso, logo que se desmembrar do corpo; primeiramente encomendo a minha alma a Santíssima Trindade, que de nada a criou, a Imagem de sua semelhança e a seu unigênito filho, a meu Senhor Jesus Cristo, a quem peço e rogo, que pelos ingênitos merecimentos e sangue precioso, que por mim derramou no Calvário de Cruz, e ofereço a seu eterno Pai para que queira receber a minha alma assim como recebeu a do divino Salvador, quando na cruz expirava, digo, quando na cruz por mim expirou, peço a Maria Santíssima, aos Gloriosos Patriarcas São Bento, São Francisco das Chagas, ao Santo do meu nome e a todos os mais Santos Arcanjos, Querubins e Serafins, sejão meus intercessores diante do Majestoso Trino Divino, pois pelas suas intercessão espero sair vencedor de todos os meus inimigos, e Salvar a minha alma; Declaro que por meu falecimento, o meu corpo será sepultado na Igreja – Capela do Mártir São Sebastião, da Freguesia de Santa Luzia de

Mossoró, no caso de aqui falecer, e a sepultura será no lugar onde os meus testamenteiros convierem e sempre desejo ser sepultado sem pompa alguma, e o meu corpo será amortalhado no hábito que os meus testamenteiros convierem...", etc etc[33]

Sob esse mesmo espírito e exaltação mística os testamentos de João Gomes da Costa e Maria José da Conceição (marido e mulher) invocam a proteção Deus Padre, todo Poderoso ao partirem "deste mundo", certos de serem favorecidos na hora em que forem prestar "conta ao Altíssimo Criador", etc., etc.

No mesmo tom o documento de Gonçalo de Freitas Costa, feito em Natal, se declarando "Cristão católico, criado no grêmio da Santa Madre Igreja Católica", e de alma encomendada a Santíssima Trindade e ao seu ingênito filho Jesus Cristo Nosso Senhor, e ao Mártir São Sebastião, e a todos os Santos da Corte do Céu..." etc., etc.[34]

Nem todos os testadores, naturalmente, têm esse mesmo sentimento religioso. E não de raro, em alguns inventários, fácil notar-se a formação educacional e o comedimento, e as preferências, através do que deixam aos seus entes queridos.

Nesse rol de exemplos o Juiz de Direito, João Quirino Rodrigues da Silva (1870), legando "1 Dicionário Francês-Português", um livro de autor de "Direito Francês denominado Montes Quis", como está escrito, e que se trata e evidente de exemplar de "O Espírito das Leis", de Montesquieu. E dentre outros volumes, "1 pequeno livro de

---

[33] in Sebastião Vasconcelos dos Santos e Nanci Neiza Wanderley de Oliveira, "Outros Inventários Mossoroenses (1863-1880)", Coleção Mossoroense, Vol. CXXXIII, 1980, p. 14 ess.

[34] in Sebastião Vasconcelos dos Santos e Nanci Neiza Wanderley de Oliveira, "Invent. Mossoroenses (1833-1862)", Vol. CXXX, Col. Mossoroense, 1980, p. 19 e 46.

Voltaire", em francês; a Seleta Latina; mais um "livro velho de Virgílio" etc., etc.

O dinheiro declarado em espécie começa a aparecer em alguns inventários. O Tenente Pedro Virgílio Freire transfere aos seus herdeiros "quinhentos mil réis em dinheiro"; Amélia de Souza Galvão (1891), 318$140; o inglês Charles Thompson (1892), 590$760; Frederico Figueiredo de Sabóia (1895) 8:600$000 etc. etc.

Aderaldo Zoezino de Freitas (1898), de todos, mostrou-se mais prevenido. Ao falecer, tinha em vigor um "seguro de vida na Cia. New York Life Insurance Company", o prêmio de 10:000$000. Mas Manoel Januário Lopes de Oliveira (1900) parece ter acreditado mais na moeda no cofre, pois os seus inventariantes encontraram em dinheiro a importância de 11:775$000!

Como viu o leitor, que nos acompanhou até aqui nessas observações despretensiosas aos "Inventários Mossoroenses", "Outros Inventários Mossoroenses" e "Terceiro Livro dos Inventários Mossoroenses" (abrangendo o período que transcorre de 1833 a 1901), importantíssimo trabalho de pesquisa cartorária e histórica diligenciado por Sebastião Vasconcelos dos Santos e Nanci Neiza Wanderley de Oliveira, pode-se dispor, sem dúvida alguma, de numerosos indicativos que concorrem para compreendermos melhor – e até identificar – como vivem não apenas os habitantes da Ribeira do Mossoró, mas os interioranos nordestinos, aparentemente isolados ou distanciados uns dos outros na vastidão do território geográfico que habitam, mas tão próximos, vizinhos, nas mesmas aspirações, nos mesmos temores e na obstinação para lutar e vencer.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ABREU, Capistrano de – "Capítulos de História Colonial (1500-1800)", Edil. Universidade de Brasília, 1963.

BRAGA, Renato – "Plantas do Nordeste, Especialmente do Ceara", IOCE, Fortaleza, 1953.

BRITO, Raimundo Soares de "Atas da Câmara Municipal de Mossoró (1864-1868)", Col. Mossoroense, Vol. CCLXVII, Mossoró, 1984.

_____. "Atas da Câmara Municipal de Mossoró (1869-1872)", Coleção Mossoroense, vol. CCXVVII, 1985.

CAMPOS, Eduardo – "Capítulos de História da Fortaleza do Século XIX", Edições UFC, Fortaleza, 1985.

_____. "Procedimentos de Legislação Provincial do Ecúmeno Rural e Urbano do Ceará", Secretaria de Cultura e Desporto, Fortaleza, 1981.

CASCUDO, Luís da Câmara – "História da Alimentação", Companhia Editora Nacional, 5. Paulo, 1968.

CÉSAR, Getúlio – "Curiosidades de Nossa Flora", Recife, 1956.

FREYRE, Gilberto – "Sobrados e Mocambos", Editora Conquista, Rio de Janeiro, 1985.

GOULART, José Alípio – "O Mascate no Brasil", Editora Conquista, Rio de Janeiro, 1987.

LUETZELBURG, Philipp von – "Estudo Botânico do Nordeste", Rio de Janeiro, 1987.

MACHADO, Alcântara – "Vida e Morte do Bandeirante", Livraria Martins Editora, São Paulo, 1943.

MELLO, José Antônio Gonsalves de – "Diário de Pernambuco: Arte e Natureza no 2º Reinado", Edições Massagana, Recife, 1980.

MIRANDA, Luiz Francisco de – "Guia Técnico e Prático dos Escrivães, Tabeliães e Oficiais de Registro", Livraria de A.A. da Cruz Coutinho (editor), Rio, 1880.

NONATO, Raimundo – "História Social da Abolição em Mossoró", Coleção Mossoroense, Vol. CCLXXV, 1983.

OMEGNA, Nelson – "Cidade Colonial", Editora Brasília, 1971.

SANTOS, Sebastião Vasconcelos dos; OLIVEIRA, Nanci Neiza Wanderley – "Inventários Mossoroenses (1832-1862)", Coleção Mossoroense, Vol. CXXX, 1980.

_____. "Outros Inventários Mossoroenses (1863-1880)", Coleção Mossoroense, Vol. CXXXIII, 1980.

_____. "Terceiro Livro dos Inventários Mossoroenses (1891-1901)", Coleção Mossoroense, Vol. XLI, 1981.

SILVA, A Campos e CARVALHO, J. N. de – "A Fitogeografia no Rio Grande do Norte", Col. Mossoroense, Série B, nº 390, 1983.

Outras fontes:

Dicionário Caldas Aulete, "Carupaceiro(o)" e "Mossoroense(o)".